

Candidatos terão de adaptar seus programas

O ESTADO DE S. PAULO

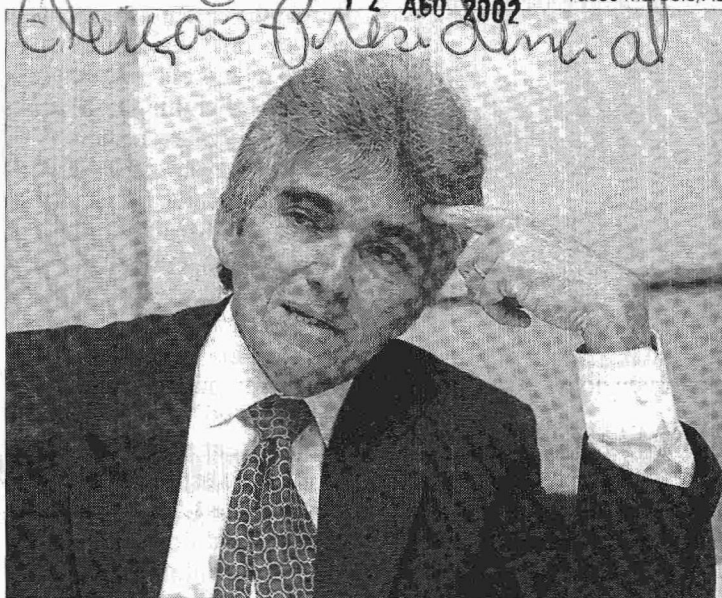
12 ABO 2002

Tasso Marcelo/AE

Raul Velloso diz que candidatos terão de adotar 'camisa-de-força' para cumprir metas

BRASÍLIA – O ajuste nas contas públicas nos próximos três anos, previsto no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), vai exigir que os quatro presidenciais reavaliem seus programas de governo, principalmente nos itens relativos às linhas gerais de condução da economia. Esta é a opinião do especialista em finanças públicas e economista Raul Velloso. “A não ser que os candidatos repudiem o acordo, eles terão de seguir a camisa-de-força que é a obrigação de cumprir a meta de superávit primário até 2005”, enfatizou.

Pelo acordo, União, Estados, municípios e estatais terão de fechar suas contas com saldo positivo – antes do pagamento de juros da dívida pública – equivalente a 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de



Velloso: 'FMI faz aquilo que mercados e equipe econômica queriam'

PARA ELE,
DEBATE NÃO
SERÁ MAIS DE
'DEVANEIOS'

R\$ 53 bilhões. Deste total, a responsabilidade do governo federal chega a R\$ 40 bilhões.

FMI – Na avaliação do economista, o anúncio do novo acordo trou-

xe uma linha divisória no comportamento dos presidenciais. “Antes, o céu era o limite em termos de programa de ação, mas agora, em troca dos US\$ 30 bilhões, o FMI está fa-

zendo aquilo que os mercados e a equipe econômica atual queriam”, comenta ele. “O novo governo já está comprometido com a manutenção do ajuste das contas públicas no nível ideal para estabilizar o crescimento da dívida pública.”

Na prática, segundo Velloso, o acordo criou um mecanismo de coordenação das políticas macroeconômicas para praticamente 75% do tempo de mandato do presidente que será eleito em outubro. “Daqui para a frente, a discussão deixará de ser de devaneios de política eco-

nômica e fiscal para ser mais equilibrada.”

Pelas estimativas do especialista, já no primeiro ano, o novo governo terá de repor cerca de R\$ 14 bilhões de receitas que não se repetirão em 2003, a não ser que medidas tributárias sejam aprovadas ainda este ano no Congresso para manter alíquotas adicionais que se extinguirão em dezembro. Além disso, ainda há o fato de que neste ano a União receberá cerca de R\$ 7 bilhões de recursos extras por causa do acordo com os fundos de pensão.

Uma das formas de obter mais recursos, geralmente mencionadas pelos candidatos, a do crescimento, lembra Velloso, depende demais de fatores hoje ainda incertos, pois mais investimentos só virão de o risco-país cair. E, como lembram os economistas que discutem o assunto, esses investimentos dependem diretamente de um ajuste fiscal feito do lado das despesas.

Durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique, as despesas cresceram, mas as receitas também aumentaram, e numa proporção maior. Mas não há nenhuma garantia de que esse tipo de situação continue acontecendo. (L.L.)